

O Início de uma Lenda: As Personagens e os Espaços da Relação Quinhentista de ‘Os Doze de Inglaterra’

Rogério Miguel Puga

CETAPS, FCSH-UNL

De quantas donzelas de vós foram já amparadas?

Bernardim Ribeiro, *Menina e Moça*, 1996, p. 66

Como é sabido, a tradição dos livros de cavalarias, herdeira da chamada «matéria arturiana ou de Bretanha», começa a cair em desuso em finais do século XVI, partilhando a breve narrativa quinhentista anónima «Cavalarias de alguns Fidalgos Portugueses» (CAFP) a sua temática com esses ‘livros’. CAFP é, tanto quanto sabemos, o texto inaugural da tradição dos Doze de Inglaterra, que Camões disseminaria através de *Os Lusíadas* e que se tornaria, como já afirmámos,¹ um dos episódios literários mais recorrentes da literatura portuguesa. O enredo desse episódio centra-se sobretudo na viagem de doze cavaleiros lusos — onze por terra e um, Magriço, por mar — a Londres para defender doze donzelas inglesas cuja honra havia sido ferida por doze cavaleiros ingleses, por não haver nenhum inglês que as defendesse. Curioso é o facto de ser John of Gaunt, duque de Lencastre e pai da mulher de D. João I, que sugere às damas que peçam auxílio aos portugueses, tornando-se óbvio que o casamento medieval, como recordam Bernardo Vasconcelos de Sousa e José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, na senda de Marc Bloch, também é um meio de entreatada e uma associação de interesses.² A breve narrativa de que nos ocupamos terá

¹ Rogério Miguel Puga, «A “Idealização do Tema Tradicional dos Doze de Inglaterra” por Teófilo Braga: Rupturas e Continuidades em torno de um Episódio Literário», Tese de Mestrado, Lisboa, FCSH-Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 8-43.

² Bernardo Vasconcelos de Sousa e José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, «A Família. Estruturas de Parentesco e Casamento», in José Mattoso (dir.), *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média*, Lisboa, Temas e Debates, 2010, p. 127.

sido a fonte onde Camões recolheu a micro-narrativa que inseriria no seu poema épico e que passaria, desde então, a fazer parte do imaginário português, ou seja, e para utilizarmos o título-mote deste congresso, a lenda (dos Doze de Inglaterra) passa da «Letra», ou seja da relação quinhentista, para o imaginário (nacional). O texto foi descoberto por Artur de Magalhães Basto na década de (19)30, na Biblioteca Municipal do Porto, e encontra-se anexo a uma cópia da segunda parte da *Crónica de D. João I* incluída num códice da livraria do Convento de Santa Cruz de Coimbra, que após a extinção das ordens monásticas em Portugal foi transferida, por Alexandre Herculano, desse centro universitário e de difusão inicial do episódio para a Cidade Invicta.³ O manuscrito é composto por seis fólios e o seu autor e a data exacta da sua produção (c.1550) são desconhecidos, tratando-se de uma cópia/transcrição,⁴ e logo da versão escrita de uma tradição oral mais antiga, como também defende Carlos Riley ao estudar essa narrativa com base na questão da nobreza estruturada em torno do poder dinástico saído da crise de 1383-1385, através da confrontação de dados biográficos dos cavaleiros históricos (filhos segundos de famílias nobres ou recém-nobilitadas) com a sua representação literária. O estudioso recorda que a narrativa celebra o prestígio dinástico da nova casa real portuguesa (de D. João I) no estrangeiro através dos feitos de armas também aí praticados por cavaleiros andantes lusos.⁵

A narrativa assume-se, desde cedo, como um resumo de acontecimentos e assemelha-se a um conto. O enredo ficcional tem lugar no início do reinado de D. João I, «da boa memoria»,⁶ após a vitória da batalha de Aljubarrota, que marca o início de uma nova dinastia e de uma nova época na História de Portugal, episódio no qual esses cavaleiros mostram a sua bravura, como o próprio John of Gaunt testemunhara nas campanhas lencastrianas da Guerra dos Cem Anos e então transmite às suas desonradas damas, através de uma analepse externa. A Batalha de Aljubarrota e a presença dos aliados e familiares ingleses em

³ Para uma descrição do manuscrito, vejam-se Artur de Magalhães Basto, *Relação ou Crónica Breve das Cavalarias dos Doze de Inglaterra*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1935, p. 15-37 e Carlos Riley, «Os Doze de Inglaterra: Ficção e Realidade», *Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica* apresentadas ao Departamento de História da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1988, p. 25-27. Utilizaremos a transcrição mais recente de CAFF, da autoria de Carlos Riley, *op. cit.*, p. 29-36.

⁴ Cf. Artur de Magalhães Basto, *op. cit.*, p. 34-36, 70-72, 78-79.

⁵ Carlos Riley, *op. cit.*, p. 9.

⁶ CAFF, p. 29.

Portugal funcionam como forma de localização da acção no tempo (1385-1387) e no espaço luso. O *incipit* do texto refere logo o rei português e a Batalha de Aljubarrota, sendo a primeira palavra da narrativa o verbo contar na terceira pessoa do singular impessoal do presente do indicativo («contasse»); estratégia que é deveras significativa e relevante para a análise da obra que muito provavelmente será fruto da tradição oral. As primeiras linhas funcionam assim como exposição do texto, através da qual o leitor é familiarizado com os antecedentes da viagem dos altruístas Doze a Londres, ou seja, a estada do duque de Gaunt, pretendente do trono de Castela, em Portugal, a sua participação nas guerras entre portugueses e castelhanos no noroeste peninsular e⁷ a sua relação familiar com D. João I através do casamento deste com Filipa de Lencastre, no Porto, em 1387. Através de uma elipse, a acção passa rapidamente para Inglaterra, onde o duque de Lencastre ordena que se redija «huma Cronica das façanhas [lusas] que vira fazer de que elle era verdadeiramente testemunha»,⁸ pois já lutara ao lado dos valentes portugueses. Essa crónica perpetuária, através da escrita, os feitos que tanto haviam marcado e impressionado um estrangeiro durante as guerras joaninas contra Castela e que as considera dignas de memória futura. A temática da crónica torna a obra cíclica, pois no final da mesma podemos ler: «e destas Cousas há hi Cronica em Inglaterra que largamente trata destes Caualleiros e dos grandes feitos d[e] armas que lá fizeram».⁹ O tópico da crónica enquanto repositório da história serve assim o propósito de legitimar as cavalarias descritas na narrativa quinhentista.

Relativamente a analepses e analepses, logo no início do texto é referida a participação de Álvaro de Almada, conde de Avranches, na Batalha da Alfarrobeira (1449),¹⁰ que tem lugar no reinado de D. Afonso V, neto de D. João I, provando, tal como outras prolepses e comentários críticos, que a narrativa de que nos ocupamos é retrospectiva e que partilha a estratégia da anacronia com o actual romance histórico. Como estudaremos oportunamente, o autor da narrativa serve-se ainda de outros recursos literários como a utilização do

⁷ Veja-se Peter E. Russell, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, tradução de Maria Ramos e revisão científica de João Gouveia Monteiro, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000 [1955], *passim*.

⁸ CAF, p. 29.

⁹ CAF, p. 36.

¹⁰ CAF, p. 32.

discurso directo por cavaleiros, que dialogam entre si em combate, com reis e com mulheres indefesas, conversas que adensam a dramaticidade do enredo, enquanto elipses («deixemos as razões que teve»),¹¹ analepses e prolepses enfatizam a passagem do tempo e possibilitam o resumo da acção.

De acordo com o texto, após o combate londrino, Álvaro de Almada participa numa justa com um alemão em Basileia,¹² recebendo, mais tarde, em França, o título de conde de Avranches.¹³ De facto, a figura histórica D. Álvaro de Almada torna-se conde, mas apenas no ano de 1445, como recompensa dos serviços prestados à coroa inglesa durante a ocupação inglesa da Normandia (1415-1450). Um outro dos quatro cavaleiros nomeados pela narrativa é obviamente o protagonista Álvaro Gonçalves, conhecido já no século XIV pela sua alcunha Magriço, que viaja de Londres para a Flandres, e, posteriormente, a pedido da infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha, filha de D. João I casada com o duque D. Filipe (o Bom), até Paris, onde derrota um cavaleiro do rei francês, livrando o ducado da Borgonha e o condado de Flandres do subjugo desse monarca.¹⁴ Teria sido impossível a ambos os cavaleiros, enquanto figuras históricas, participar nas campanhas joaninas de 1387, ao contrário dos seus respectivos pais, sendo esta mais uma prova de que o episódio, ao contrário do que se pensou durante muito tempo, não é verídico, mas sim ficcional, embora baseado em personalidades e em alguns episódios históricos. Como veremos, são assim várias as dimensões a estudar na relação que dá origem à lenda dos Doze de Inglaterra, cujo narrador interpela directamente o leitor («Já vedes»)¹⁵ e individualiza, desde o início, a figura de Magriço, viajante-peregrino que representa o prestígio cavaleiresco da casa de Avis. Como já afirmámos, o texto refere, logo no início, a vitória da batalha de Aljubarrota, em 14 de Agosto de 1385, o casamento de Filipa de Lencastre e

¹¹ CAF, p. 34.

¹² O imperador referido na narrativa poderá ter como referente real (extra-literário) Segismundo do Luxemburgo, rei da Hungria (1387-1437), ao serviço de quem o infante D. Pedro combatera (cf. Domingos Maurício, «O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria», *Brotéria*, 68:1, 1959, p. 17-37). A tradução de Duperron de Castera de *Os Lusíadas* para francês refere que Álvaro Vaz de Almada, de acordo com a Crónica de Garibay, lutara contra um alemão, em desvantagem, saindo, no entanto, vitorioso (*La Lusíade*, tomo 2, 1768, p. 253-254).

¹³ CAF, p. 32.

¹⁴ Carlos Riley, *op. cit.*, p. 50, aproxima este episódio ao casamento da infanta portuguesa com Filipe o Bom e ao reforço da autonomia da Flandres face à dinastia francesa de Valois.

¹⁵ CAF, p. 31.

D. João I (1387), acordado em Porto de Mouro, na sequência do auxílio militar de D. João I ao futuro sogro e o regresso do duque de Lencastre para Inglaterra após a sua intervenção na Península Ibérica contra os inimigos vizinhos, entre outros marcadores temporais que localizam a acção bélica inglesa e lusa e de afirmação portuguesa e contextualizam o episódio dos Doze e o espírito cavaleiresco português no âmbito das relações anglo-portuguesas.

O título da relação é composto por um substantivo comum e algo abstracto («Cavalaria»), um determinante indefinido («alguns»), um substantivo comum («fidalgos») e um adjectivo («portugueses»), elementos que concorrem para uma identificação colectiva e algo anónima dos protagonistas que ainda não são designados pelo seu número (doze). Magriço, enquanto herói solitário a viajar por terra aproxima-se do cavaleiro andante, enquanto os restantes onze viajam em grupo, reunindo-se todos em Londres. Magriço é ainda individualizado pelos seus atrasos que adensam o *suspense* e sobretudo pelas suas características físicas, como a magreza e a hipertricose nas mãos e unhas, esta última 'deformação' longamente descrita no texto quinhentista certamente para veicular a sua vergonha na presença do sexo oposto, e conseqüentemente a castidade que é característica do cavaleiro andante. A hipertricose pode ainda ser interpretada quer como sinal de virilidade,¹⁶ quer como metaforização do extremoso reconhecimento da donzela inglesa que insiste que Magriço lhe dê a lavar as suas mãos, ou seja, esta temática valoriza simultaneamente o feito de armas e a espiritualidade de Magriço. As suas mãos e unhas excessivamente cabeludas são honradas pois obram feitos valiosos que as sublimam para além do seu aspecto físico.

Magriço acaba por se encontrar sempre em viagem através do continente europeu, observando o que o rodeia e tentando manter a sua segurança. O cronótopo¹⁷ assume-se assim como uma constante no texto quinhentista,

¹⁶ Vide s. v. «Poil», in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des Symboles*, Paris, Robert Laffont/Éditions Jupiter, 1993, p. 769.

¹⁷ Para além de Mikhail Bakhtin (*The Dialogic Imagination: Four Essays*, Austin, University of Texas Press, 2000, p. 84), que cunha esse termo, também Jean Molino, «Qu'est-ce que le Roman Historique», *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, 75: 2-3, Março-Junho de 1975, p. 215 estabelece uma forte relação entre espaço e tempo no romance histórico [cuja natureza híbrida (ficcional e histórica) se aproxima da deste texto quinhentista] ao afirmar: «Cette précision extrême, aussi bien topographique que chronologique, donne naissance aux deux éléments de récit constitutifs de l'ouverture du roman historique; les topos de la date et le topos du lieu.

servindo a viagem no tempo e no espaço para glorificar a valentia e a honra dos cavaleiros portugueses, longe da segurança e do conforto da pátria. Após o seu regresso, Magriço é recebido pelo rei português com «grandes honrras e merçes»,¹⁸ ideia que é repetida três vezes no final da narrativa cavaleiresca, momento em que Álvaro Coutinho chega a Portugal, conferindo uma certa circularidade à sua viagem e ao próprio texto através do regresso à pátria, de onde partira para repor o equilíbrio em várias casas senhoriais norte-europeias. Os acontecimentos da narrativa são narrados de forma breve e com o auxílio de elipses para se chegar rapidamente aos prazos estabelecidos para os combates em Londres («o pentecostes seguinte») e em Paris («daqui a hum mês»),¹⁹ metas temporais que os cavaleiros cumprem para honrarem a sua palavra. Como é sabido, o Pentecostes, após a abstinência quaresmal, marca o início da estação cavaleiresca e das andanças dos Doze,²⁰ sendo essa data associada, na literatura cavaleiresca, ao início da demanda do Graal, à chegada de Galaaz e à sua descida à corte do Rei Artur.²¹

Quanto à(s) geografia(s) da acção, o espaço predominante na narrativa é a Europa além-Pirinéus, onde os cavaleiros portugueses reforçam a sua fama, desde a Inglaterra e a Alemanha à França e à Flandres, espaços que se apresentam como uma geografia político-económica devido às relações comerciais da Península Ibérica com esses países e à participação portuguesa na Guerra dos Cem Anos.²² No entanto, o espaço inglês é temporariamente adverso à presença portuguesa em dois planos, no plano geográfico e cultural de uma terra estrangeira e no plano humano, pois os londrinos derrotados pretendem atacar os vitoriosos portugueses, momento em que estes últimos abandonam as terras de John of Gaunt. Os espaços da acção referidos e implícitos podem assim ser

La signification fonctionnelle de ces éléments est double; il s'agit en même temps de situer et d'éloigner.» Processo que em CAFP, através da viagem dos Doze, não apenas por mar, mas também pela Europa (Londres, Basileia, Flandres e Paris), se torna duplo, ao situar a acção num espaço e passado já distantes.

¹⁸ CAFP, p. 36.

¹⁹ CAFP, p. 30 e 34, respectivamente.

²⁰ Sobre o significado religioso e «cavaleiresco» dessa data, vejam-se Martín de Riquer, *Caballeros Andantes Españoles*, Madrid, Espasa-Calpe, 1967, p. 37-38.

²¹ *A Demanda do Santo Graal*, edição de Irene Nunes, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 19.

²² Carlos Riley, *op. cit.*, p. 50.

listados da seguinte forma: Portugal como ponto de partida e de chegada, o mar vs. o continente europeu, a Ibéria e a França enquanto espaços da viagem terrestre, Londres e as cortes e casas senhoriais da Europa continental (Paris e Basileia), onde os confrontos de armas são a dois e não colectivos, como acontecera em Inglaterra. O território nacional presente no texto é sobretudo o Portugal norte-nho e serrano, nomeadamente o Porto, de onde partem onze dos cavaleiros, e a «fralda da serra»²³ (da Estrela), a Beira Interior, nomeadamente Trancoso e Pinhel, zonas geográficas onde John of Gaunt marcara forte presença durante a sua estada em Portugal e onde a sua filha casara com D. João I.²⁴ Magriço é efectivamente de Trancoso, e Pinhel era, à data, uma guarda avançada do castelo dessa primeira localidade, sob influência do alcaide Gonçalo Vasques Coutinho, pai de Magriço. Ou seja, a família Coutinho é uma presença poderosa e omnipresente no espaço esboçado na narrativa quinhentista. Relativamente à proveniência geográfica de Magriço, Trancoso, também berço do sapateiro visionário Bandarra, e Penedono lutam (sobretudo) desde o século XIX para serem considerados o berço do herói, havendo até quem reclame o Porto como o seu local de nascimento.²⁵

O espaço estrangeiro é predominante na obra, uma vez que os Doze passam algum tempo fora de Portugal, mesmo após o combate londrino, sendo descritas as andanças de Álvaro Vaz de Almada e de Magriço na Alemanha e na França. O meio de viagem distingue os onze de Inglaterra, que vão por mar, em grupo, enfrentando os perigos do elemento aquático, de Magriço, que viaja só, a cavalo, por terra, em peregrinação, disfarçando-se de romeiro para não ser conhecido entre a Flandres e Paris. Magriço é, aliás, o único cavaleiro cujos

²³ CAFP, p. 30.

²⁴ Carlos Riley, *op. cit.*, p. 52-53, 60-61, n. 52-56, relaciona a proveniência dos valorosos cavaleiros quer com a representação da Beira Interior e dos «cavaleiros» beirões no imaginário histórico nacionalista (local de nascimento de Viriato e zona de onde o herói das guerras joaninas Nuno Álvares Pereira é natural), quer com a sua vulnerabilidade militar face ao perigo de Castela no âmbito da defesa da fronteira e da independência do reino português. O autor admite ainda a possibilidade de a tradição narrativa ter sido composta nesse enquadramento geográfico.

²⁵ Vejam-se os *sites* da Câmara Municipal de Penedono, que dedica uma página a Magriço [<http://www.cm-penedono.pt/concelho/magriço.htm> (visionado em 05-11-2002)], e da Região de Turismo da Serra da Estrela, que, na secção dedicada a Trancoso, afirma «foi também na sua fortaleza que se cimentou a já centenária e cada vez mais firme aliança luso-britânica, tendo cinco dos Doze da Inglaterra o seu solar na vila» [<http://www.rt-serradaestrela.pt/regiao/concelho/1.htm> (visionado em 06-12-2004)].

regresso a Portugal e recepção pelo rei são referidos, tornando-se a sua viagem sinónimo de aprendizagem e perigo, mas também de honra, ao conferir fama além-Pririnéus aos bravos cavaleiros portugueses.

Relativamente às personagens históricas femininas, marcam presença, directamente e através de alusões, o grupo anónimo de doze damas da mulher de John of Gaunt e cuja afronta funciona como o motor da acção principal, bem como D. Filipa de Lencastre e a sua filha, a infanta D. Isabel, que reside na Flandres e está casada, desde 1430, com Filipe, o Bom, duque de Borgonha e conde da Flandres. Curiosa é a forma como D. Isabel, casada com um súbdito do rei de França, se apresenta perante este último, em Paris, recusando prestar-lhe homenagem e sentando-se numa cadeira ao mesmo nível que ele, atitude andrógina de uma mulher que reivindica os seus espaço e poder formal. A infanta portuguesa, também ela residente num país estrangeiro, recorre igualmente à valentia de um cavaleiro luso para defender a sua honra, pois, tal como em Inglaterra, os cavaleiros locais não se aventuram a desafiar os interesses instalados e a tradição, mesmo que injusta.

As personagens masculinas e femininas da narrativa movem-se no topo da hierarquia política e social, por exemplo os cavaleiros, as damas e os reis português, francês e espanhol, o imperador da Alemanha, os duques de Lencastre e da Borgonha e o duque parisiense, estas últimas personagens secundárias no cenário geográfico e social da acção. D. Afonso V e o Infante D. Pedro são também referidos, através de uma prolepse explicativa, numa alusão à Batalha de Alfarrobeira (1449), durante a qual, como recorda a narrativa, Álvaro Vaz de Almada perde a vida.²⁶ Riley²⁷ analisa sistematicamente os quatro cavaleiros identificados como figuras históricas neste texto que dá origem ao tema dos Doze de Inglaterra, a saber: Magriço, Álvaro Vaz de Almada, Pedro Homem e Pacheco, bem como as suas famílias, e evidencia os dois planos distintos dos feitos de Álvaro Vaz de Almada, o plano imaginário, nomeadamente as participações no combate de Londres e na justa de Basileia, e o plano real ou histórico, as participação nas guerras de França, país onde este consegue o título condal, e na Batalha de Alfarrobeira, concluindo:

²⁶ CAF, p. 32-33.

²⁷ Carlos Riley, *op. cit.*, p. 82-160. No que diz respeito ao par Pedro Homem/Pacheco, Riley atribui uma maior importância ao último devido à proeminência da família Pacheco, enquanto que no par Álvaro Vaz de Almada e Magriço, o primeiro é considerado um dos fidalgos mais

a figura do Conde de Avranches era a que mais se adequava ao modelo cavaleiresco da narrativa [quinhentista] e à incidência sobre a Inglaterra. A tradição que ligava membros da sua família a feitos de armas praticados nesse reino, e o próprio título condal e dignidade cavaleiresca que aí lhe são atribuídos, reforçam a verosimilhança da sua presença no plano (imaginário) da narrativa. [...] Álvaro Vaz de Almada e o rastro cavaleiresco que aparece imprimido na memória dos seus feitos, entre os quais avulta a participação no episódio dos Doze de Inglaterra, é um exemplo possível daquela nobreza portuguesa do século XV que “renovada pelo acesso de muitos membros vindos de outras classes sociais, procura reproduzir com redobrado zelo os modelos propostos pela ideologia herdada da época anterior, e que nisto rivalizaram os assimilados com os fidalgos da velha cepa”.²⁸ Reprodução de modelos essa que tanto se teria processado no plano histórico das suas ações, como, a posteriori, no plano imaginário das representações narrativas que as perpetuam.²⁹

Dois dos três acontecimentos que envolvem Álvaro Vaz de Almada — a aquisição de um título condal em França e a sua morte em Portugal — parecem ser protagonizados por personagens distintas, levando o copista do texto quinhentista a esclarecer, na margem do documento, que se trata do mesmo cavaleiro, que morre, com glória, a lutar, de armas na mão. O seu combate em Basileia é descrito com maior profundidade do que as lutas na França, podendo ter como referente real um desafio nessa cidade protagonizado por um outro cavaleiro português,³⁰

conhecidos do seu tempo, abundando os testemunhos dos seus feitos e da sua crescente importância social, entre a tomada de Ceuta, em 1415, e a Batalha da Alfarrobeira, em 1449. O nome de Magriço, fidalgo da família Coutinho, encontra-se relativamente silenciado nas crónicas coevas, o que indica a sua ausência dos principais acontecimentos no reino, pelo que Riley recorre sobretudo a informação sobre o pai e os irmãos do cavaleiro para complementar a análise da figura histórica que é protagonista ficcional da primeira versão escrita que se conhece dos Doze (p. 82-83).

²⁸ José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1981, p. 368.

²⁹ Carlos Riley, *op. cit.*, p. 114-115.

³⁰ Veja-se Carlos Riley, *op. cit.*, p. 225, 228-233, que identifica o combatente Juan de Merlo, «valiente lusitano» cujas famosas ‘cavalarias’ são referidas por Miguel de Cervantes, *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha I*, cap. 49, Madrid, Espasa-Calpe, 1998, p. 569. Já Manuel e Luís de Mello Vaz de São Payo, «O Parágrafo Segundo», *Armas e Troféus: Revista de História e de Arte*, 1:1-3, 1980, p. 148, afirma que este mesmo cavaleiro é «digno émulo dos lendários Doze de Inglaterra», enquanto Anselmo Braancamp Freire, *Os Brasões da Sala de Sintra*, vol. 1, p. 450, o compara e aproxima, por via familiar, a Magriço (veja-se também Martín de Riquer, *Vida Caballeresca en la España del siglo XV*, Madrid, Real Academia Espanhola, p. 32-42).

não sendo o episódio contextualizado, contrariamente ao que acontece com o combate de Londres e com o duelo judicial de Magriço na capital francesa. Ao contrário dos restantes combates no Norte da Europa, em Basileia está em questão o prestígio cavaleiresco do próprio Álvaro Vaz de Almada, sem que este se encontre a defender a honra de qualquer dama, tendo, sim, de respeitar, tal como o seu oponente, as regras da justa, sob pena de ser considerado traíçoeiro e «nunca mais tomar armas»,³¹ o que vem a acontecer com o adversário alemão.

A memória dos feitos de Magriço não é pura ficção, pois o cavaleiro (real) participou em mais do que um desafio de armas em Paris, tendo estado também ao serviço da casa de Borgonha, mas não por via do casamento da infanta Isabel. A memória das suas cavalarias é, portanto, distendida no tempo.³² O duelo da personagem em Paris tem um paralelismo ou co-referente histórico, os serviços que a figura histórica Magriço prestara aos duques da Borgonha, acabando a narrativa por funcionar como propaganda dinástica no que diz respeito à infanta e ao seu pai, uma vez que é a duquesa portuguesa que toma nas suas mãos o desfecho do conflito entre borgonheses e a coroa francesa, desafiando o poder do rei francês. Quando os emissários de Carlos VII se dirigem a Filipe, o Bom, para o lembrar que ele, no âmbito da homenagem feudal, deve comparecer às cortes de Paris, a infanta recorda que é filha de D. João I e demonstra a sua repulsa pela ideia de o seu marido se encontrar sujeito daquela forma a outrem. A mulher portuguesa é, portanto, descrita como sendo diferente da inglesa, e Magriço defende não apenas os interesses e a honra de donzelas desconhecidas fora do reino, mas também os da filha do seu rei. As viagens e os combates dos heróis são, portanto, sempre em serviço do rei português. Aliás, o cavaleiro que participa no processo de emancipação política dos duques da Borgonha é apresentado pela condessa da Flandres como «Criado dellrei seu pai».³³

Os quatro cavaleiros beirões identificados são caracterizados de forma desigual, destacando-se assim dois deles. O título de conde (de Avranches) de Álvaro Vaz de Almada é referido logo no início da narrativa, e o de Magriço no final da mesma, ambos conseguidos com a espada, em lutas fora de Portugal, pelo que as temáticas da recompensa e da ascensão social também tornam a

³¹ CAF, p. 33.

³² Carlos Riley, *op. cit.*, p. 138.

³³ CAF, p. 34. Magriço nunca serviu os duques da Borgonha, mas sim o pai de Filipe o Bom, João Sem Medo, como camareiro.

narrativa cíclica, pois é no regresso a Portugal que Álvaro Gonçalves se torna conde,³⁴ um gesto que D. João I, na realidade (histórica), nunca teve. De entre os doze viajantes destaca-se, de forma ímpar, Magriço, uma das únicas personagens cujos feitos posteriores ao combate londrino são descritas e cuja viagem e feitos de armas são apresentados de forma gradual, pois o paladino começa por defender uma donzela inglesa e posteriormente um condado, uma princesa e indirectamente a fama de um reino e de uma dinastia, tal como Camões ³⁵ também ficcionalizaria no canto sexto do seu poema épico.

³⁴ CAFP, p. 36.

³⁵ Em 4 de Outubro de 2001 apresentámos a comunicação «O Episódio-Tema dos “Doze de Inglaterra” em *Os Lusíadas* e na Relação Quinhentista: Abordagem Comparatista», no âmbito do *Colóquio Internacional Mito e História*, organizado pelas Universidades de Amiens e de Évora, na Universidade de Évora, estudo que será publicado oportunamente.